
CONDIÇÕES DE TRABALHO, FORMAÇÃO E IMAGENS SOCIAIS: HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE NO PIAUÍ (1961-1971)

Jane Bezerra de Sousa*

lattes.cnpq.br/5086525916637041

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti**

lattes.cnpq.br/1728209127429787

Thais Batista Rabelo***

lattes.cnpq.br/8229037479062849

Resumo: Este artigo parte de uma pesquisa que buscou investigar o tema profissão docente, com ênfase nos registros da imprensa piauiense no período de 1961 a 1971. Como recorte cronológico, designou-se o ano de 1961 como início – devido à implementação da Lei 4024/61 –, e como término, o ano de 1971, tendo em vista a promulgação da lei 5692/71. Tais eventos configuram marcos educacionais significativos, porquanto propuseram mudanças para a profissão docente. Dentre as fontes consultadas, disponíveis para consulta e cujas notícias tratam, principalmente, das condições de trabalho de professores, das políticas educacionais e da formação de professores, elencaram-se os jornais: O Dia, O Liberal, Folha do Nordeste, Folha da Manhã e o Liberal. Assim, analisaram-se oito notícias, distribuídas ao longo de três anos distintos, divulgadas em quatro jornais diferentes. Após a coleta dos dados, as notas selecionadas foram averiguadas e em seguida, promoveu-se um diálogo com as mensagens governamentais, mediante a leituras de livros, teses e dissertações que abordam a história da profissão docente no Piauí, especialmente por meio de referencial teórico fundamentado nos estudos de autores como: Brito (1996), Ribeiro (2003), Saviani (1978), Araújo (2012), Ghiraldelli Junior (2009), Vicentini e Lugli (2009), e Ponte (2005). Compreende-se a importância de a escola e a profissão docente retornarem à vitrine dos noticiosos, dada a necessidade de debater, realizar a crítica, lutar sempre pela

* Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal do Piauí (Brasil).

Contato: jane_bezerrasousa@yahoo.com.br.

** Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal do Piauí (Brasil).

Contato: ednardo@ufpi.edu.br.

*** Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí (Brasil). Contato: thaisbatista_55@hotmail.com.

profissionalização em detrimento da proletarização da profissão.

Palavras- chave: História da profissão docente; Imprensa; Memória; Jornal como fonte; Magistério Piauiense.

WORKING CONDITIONS, TRAINING AND SOCIAL IMAGES: HISTORY OF THE TEACHING PROFESSION IN PIAUÍ (1961-1971)

Abstract: This article is part of a research that sought to investigate the theme of the teaching profession, with an emphasis on the records of the Piauí press from 1961 to 1971. As a chronological cut, the year 1961 was designated as the beginning - due to the implementation of Law 4024/61 -, and as an end, the year 1971, in view of the enactment of Law 5692/71. Such events constitute significant educational milestones, as they proposed changes for the teaching profession. Among the sources consulted, available for consultation and whose news deals, mainly with the working conditions of teachers, educational policies and teacher training, the newspapers listed are: O Dia, O Liberal, Folha do Nordeste, Folha da Manhã and Liberal. Thus, eight news items were analyzed, distributed over three different years and published in four different newspapers. After collecting the data, the selected notes were investigated and then, a dialogue with governmental messages was promoted, through the reading of books, thesis and dissertations that address the history of the teaching profession in Piauí, especially through a theoretical framework based on studies by authors such as: Brito (1996), Ribeiro (2003), Saviani (1978), Araújo (2012), Ghiraldelli Junior (2009), Vicentini and Lugli (2009), and Ponte (2005). We understand the importance of the school and the teaching profession returning to the news showcase, given the need to debate, criticize, always strive for professionalization to the detriment of the profession's proletarianization.

Keywords: History of the teaching profession; Press; Memory; Newspaper as source; Piauí Magisterium.

* * *

Introdução

Este artigo parte de uma pesquisa que investiga o tema *profissão docente*, com ênfase nos registros da imprensa piauiense no período de

1961 a 1971. Para tanto, delineamos as seguintes categorias, cuja definição foi inspirada em Vicentini e Lugli (2009): formação; condições de trabalho; e imagens sociais da profissão.

Isso posto, buscamos contribuir no sentido de suscitar reflexões acerca do processo que envolve as lutas e resistências na valorização da profissão docente no Piauí, e dessa forma, apreender as condições de trabalho necessárias para o efetivo desempenho do magistério, além de estimular novas pesquisas sobre o tema.

O professor é o profissional que prepara as pessoas para a vida. Sua atividade é fundamental para que haja educação de qualidade. Porém, para que se operacionalize o seu trabalho adequadamente, condições favoráveis são necessárias, a exemplo de: boa remuneração; formação permanente; boa estrutura física do ambiente de trabalho; melhor reconhecimento social.

Nessa perspectiva, emerge o interesse em pesquisar como, por meio do tempo e em diferentes espaços, a profissão professor estabeleceu-se.

Para compreender os processos de profissionalização docente no Brasil, é preciso considerar, entre outros elementos, as condições concretas em que ocorre o trabalho, aí incluídas não somente as condições dos lugares utilizados para o exercício do magistério, como também as estratégias de seleção (ou falta delas) de docentes, as condições institucionais de pagamento e o controle do trabalho. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 67)

Metodologicamente, lançamos mão de pesquisa bibliográfica, histórica e documental. Por meio dos jornais, alcançamos uma amostra que revela como a sociedade da época vivia e pensava o magistério, a partir de notas que desvendam os discursos de pais, professores, alunos, diretores, pensadores e representantes do poder público, estes responsáveis por implementar políticas.

É como se fosse um retrato da realidade vivida, como aduz Barros (2019, p. 188):

todo jornal, a não ser que seja um jornal de humor, ampara-se na possibilidade inspirar e manter em seus leitores a viva convicção de que ali, naquelas páginas ásperas e por vezes levemente amareladas, fala-se de fato da realidade, da vida efetivamente vivida, da história que se refaz a cada novo dia, de algo que realmente ocorreu e do qual se dá um retrato fiel e não comprometido por parcialidades – embora a impossibilidade efetiva dessas posturas parciais seja sempre bastante evidente para os analistas de periódicos e também para os leitores mais argutos.

Vale ressaltar que cada vez mais, a história da educação utiliza os jornais como fonte de pesquisa, como testemunham Carvalho e Inácio Filho (2007, p. 54):

o universo da imprensa é ricamente diversificado, permitindo múltiplas aproximações, mas as que mais têm se destacado são aquelas que tratam especificamente das publicações voltadas diretamente para questões educacionais.

A propósito, o uso do jornal como fonte de pesquisa sempre foi muito questionado, sob a alegação de parcialidade desse instrumento. Contudo, acreditamos que o historiador manifesta a sua interpretação a partir do desvelamento da fonte, analisando como ela foi produzida no tempo e espaço histórico.

Nesta perspectiva, cabe ao pesquisador fazer uma desmontagem do texto – da imprensa – a fim de desvelar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz. Essa desmontagem significa análise do processo e das condições de sua produção/construção, a partir dos discursos disponíveis. (BASTOS, 2002, p. 153)

No que tange ao recorte cronológico adotado nesta investigação, estipulamos como início o ano de 1961, devido à implementação da Lei

4024/61; como término, o ano de 1971, em virtude da promulgação da Lei 5692/71. Tais eventos indicam marcos educacionais significativos, os quais projetaram mudanças para a profissão docente, a exemplo de: alteração na formação de professores; normas para ingresso na carreira; aperfeiçoamento e garantia de remuneração condigna.

Destarte, envidamos leituras sobre a história da educação brasileira e piauiense, especificamente da profissão docente, visando a fundamentar as reflexões e subsidiar a análise do tema. Ademais, efetuamos pesquisas no Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito, com vistas à coleta de notícias nos jornais do período, a fim de compreendermos o que era veiculado e pensado naquele momento sobre as atividades e condições de trabalho do magistério.

Como fontes, apontamos os jornais: O Dia, O Liberal, Folha do Nordeste, Folha da Manhã e o Liberal. Tais noticiosos estavam disponíveis para consulta e traziam notícias que abordavam principalmente as condições de trabalho de professores, as políticas educacionais, a formação de professores, entre outros assuntos. O Quadro 1 elenca as oito notícias perscrutadas neste estudo, distribuídas em três anos distintos e divulgadas em quatro jornais diferentes.

Quadro 1 – Notícias analisadas

Jornal	Notícia	Ano
O Dia	Escola abandonada	1962
O Dia	Pessoal docente	1962
O Dia	Mais professores	1962
O Dia	Secretaria de Educação e Saúde	1962
Folha do Nordeste	Alfabetização e descaso	1963
Folha da Manhã	A verdade dos fatos	1963
Folha do Nordeste	Professores reivindicam	1963
O Liberal	Ensino primário	1970

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Após a coleta dos dados, examinamos as notas encontradas e promoveu-se um diálogo com as mensagens governamentais, leituras de livros, teses e dissertações que abordam a história da profissão docente no Piauí, especialmente por meio de referencial teórico fundamentado nos estudos de autores como: Brito (1996), Ribeiro (2003), Saviani (1978), Araújo (2012), Ghiraldelli Junior (2009), Vicentini e Lugli (2009), e Ponte (2005).

Os resultados estão organizados em categorias, consoante a sistematização das fontes que tratavam, nomeadamente, das seguintes temáticas: implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e expansão desordenada da escola; falta de infraestrutura material e escolar; baixa contratação de professores para um número elevado de matrículas; seletividade no ensino secundário, o que contribuía para diferenciação entre professores primários e secundários; lutas e denúncias pelo melhoramento do salário; formação de professores e suas instituições.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e expansão desordenada da escola

Iniciamos as análises desvelando o processo de implantação da primeira LDB e a conseqüente expansão desordenada nesse estado. Durante a investigação, observamos que o magistério piauiense passou por diversas dificuldades no ínterim perquirido, período no qual ocorreram mudanças educacionais como, por exemplo, o processo de implantação da Lei 4024/61.

Segundo Brito (1996, p. 117),

até o advento da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei 4.024. De 20/12/ 61- a educação brasileira não se configurava como um sistema. De igual modo, não poderia

se falar de um sistema de ensino. Pois a organização do ensino era fragmentária. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi o primeiro instrumento legal a normatizar o sistema de ensino no país.

Como consequência de tais mudanças, a educação passou a ser regulamentada por uma lei própria, que sistematizou o ensino e propôs o seguinte: formação do magistério, principalmente em relação às Escolas Normais; normas para ingresso na carreira; aperfeiçoamento; e garantia condigna.

Mesmo com essas proposições em lei, percebemos que o exercício da profissão continuou de forma precária. Ser e estar professor, na década de 1960, não era algo fácil, porquanto as condições de trabalho não eram favoráveis a uma educação de qualidade. Nesse contexto, os professores enfrentavam múltiplas dificuldades, como: escolas sem estrutura física; baixos salários; falta de recursos pedagógicos; além de desvalorização do prestígio social da profissão professor.

Sabemos que para promover uma educação de qualidade, é necessário que os professores tenham condições de realizar o seu trabalho, com seus direitos considerados, além de respeito aos seguintes aspectos, de interesse da categoria: local de trabalho estruturado; remuneração compatível com a função; formação permanente; recursos pedagógicos compatíveis com o número de alunos por sala; boa remuneração; liberdade de pensamento.

Um fator de grande relevância nesse período foi a expansão da rede escolar, resultado de uma política desarticulada com os interesses de classes menos favorecidas, patenteando o realce da quantidade em relação à qualidade do ensino ofertado. Não obstante, a LDB defendia, de certa forma, os interesses da minoria conservadora reacionária, uma vez que, de fato, não houve democratização do ensino, que ainda era elitista, e aos alunos carentes nem sempre se ofereciam condições para concluir a educação escolar.

Com base em algumas evidências, já foi considerado que o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 4.024/61 acabou por expressar de forma marcante a força de uma tendência pedagógica articulada a uma posição política de natureza conservadora-reacionária, vale dizer, de minoria. (RIBEIRO, 2003, p.193)

Retomando a discussão sobre sistema educacional após a implantação da primeira LDB, faz-se necessário repercutir a reflexão de Saviani (1978), para quem ele é resultado da educação sistematizada, em um sistema que implica intencionalidade, unidade a multiplicidades. Logo, o sistema educacional deverá ser o resultado de uma atividade intencional comum.

O referido autor chama atenção para a conveniência de uma educação interdependente, de modo que os professores fossem formados com essa consciência. Em geral e legalmente, nesse período, concebemos maior preocupação com a educação nacional, onde a luta por uma escola pública começava a se concretizar, de sorte que todos poderiam ter acesso a ela. Todavia, na prática, nem sempre isso era retratado, como verificaremos no decorrer do estudo.

Falta de infraestrutura material e escolar

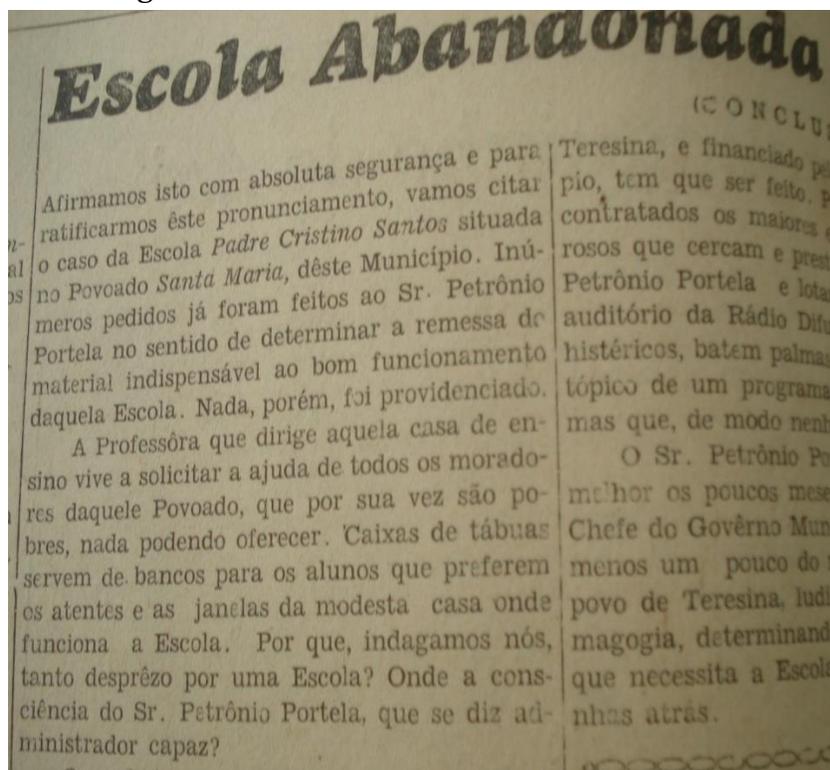
Nesse cenário, podemos referenciar a carência de professores capacitados, tendo em vista que a rede escolar cresceu consideravelmente e a quantidade de professores concursados era limitada. Por conseguinte, dada a necessidade de atendimento à demanda, muitos docentes sem formação adequada foram contratados. Outrossim, as escolas não contavam com estrutura física adequada para atender a todos os alunos, provocando um *déficit* na qualidade do ensino.

No entendimento de Vicentini e Lugli (2009, p. 81),

o trabalho dos professores viu-se multiplicado, não sendo mais suficiente para atender a todos. A partir desse momento, a dedicação aos alunos não podia mais ser a mesma e os critérios de contratação tornaram-se mais flexíveis, uma vez que os concursos demorados e rigorosos já não eram adequados em face do volume de candidatos e de vagas a serem preenchidas.

Nas matérias dos jornais pesquisados, constatamos, ainda, o descaso por parte dos governantes da época em relação a algumas escolas, onde faltava material e até mesmo bancos escolares. Para mais, depreendemos como era a situação do professor em sala de aula, sem condições básicas de ensino, o que resultava na má qualidade educacional, como descrito em matéria veiculada no Jornal O Dia, no ano de 1962, ilustrada na Figura 1.

Figura 1 – Matéria veiculada no Jornal O Dia



Fonte: Jornal O Dia (11 mar. 1962).

Afirmamos isto com absoluta segurança e para ratificarmos este pronunciamento, vamos citar o caso da Escola Padre Cristino Santos situada no povoado Santa Maria, deste município. Inúmeros pedidos já foram feitos ao Sr. Petrônio Portela no sentido de determinar a remessa do material indispensável ao bom funcionamento daquela escola. Nada, porém, foi providenciado.

A professora que dirige aquela casa de ensino vive a solicitar a ajuda de todos os moradores daquele povoado, que por sua vez são pobres, nada podendo oferecer. Caixas de tábuas servem de bancos para os alunos que preferem os batentes e as janelas da modesta casa onde funciona a escola. (ESCOLA ABANDONADA..., 1962, p. 4)

Baixa contratação de professores para um número elevado de matrículas

No ano de 1962, havia precarização das condições de trabalho das professoras primárias, ratificada por problemas como salas lotadas e falta de professores auxiliares, o que comprometia o desenvolvimento das atividades laborais. Além disso, a desvalorização do profissional e o aumento de matrículas não acompanhou a contratação de professores, necessária para o cumprimento de um ensino de qualidade.

Percebemos isso pelo apelo do Secretário de Educação, publicado no Jornal O Dia:

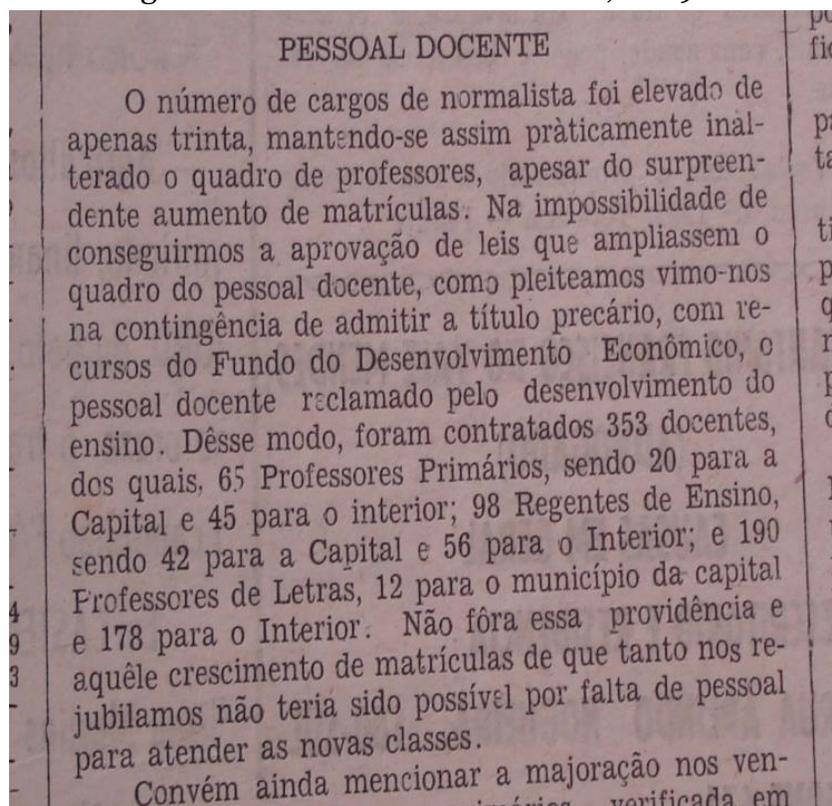
A professora Helena Lustosa de Paranaguá, está “abafada” com aproximadamente 100 alunos em sua escola, e sem uma auxiliar sequer. Bem avalio aquela tormenta de 150 doidinhos em redor de uma só criatura, de manhã e de tarde: é de matar os nervos da gente. Sr. Secretário da educação. Acuda aquela dedicada educadora, dando-lhe uma auxiliar! Ao menos uma! mesmo que não seja diplomada! (MAIS PROFESSORES..., 1962, p. 04)

O advento da nova LDB, nº 4024/61 derivou um salto no número de matrículas, como referido anteriormente, o que resultou na

necessidade de contratar mais professores. No entanto, a educação piauiense passava por diversas dificuldades, uma vez que não havia professores capacitados suficientes para atender à demanda. Assim, de um lado, estavam os professores com salas de aula lotadas; de outro, os alunos, sem educação de qualidade.

Deduzimos a reduzida contratação de professoras normalistas, e quando ocorria, a maioria era destinada para o interior do estado. Tal fato é confirmado em matéria do Jornal O Dia, publicada em 1962, ilustrada na Figura 2.

Figura 2 – Matéria do Jornal O Dia, de 1962.



Fonte: Jornal O Dia (26 jun. 1962).

O número de cargos de normalista foi elevado apenas trinta, mantendo-se assim praticamente inalterado o quadro de professores, apesar do surpreendente número de matrículas,

na impossibilidade de conseguirmos aprovação de leis que ampliassem o quadro do pessoal docente, como pleiteamos vimo-nos na contingência de admitir a título precário, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, o pessoal reclamado pelo desenvolvimento do ensino. Desse modo, foram contratadas 353 docentes, dos quais, 65 professores primários, sendo 20 para a capital e 45 para o interior; 98 regentes de ensino, sendo 42 para a capital e 56 para o interior; e 198 professoras de letras, 12 para o município da capital e 178 para o interior. Não fora essa providencia e aquele crescimento de matrículas de que tanto nos rejubilamos não teria sido possível por falta de pessoal para atender as novas classes (SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE..., 1962, p. 1)

A notícia acima permite inferir a ocorrência de um elevado número de matrículas, ao passo que o quadro docente permaneceu praticamente inalterado, levando à conclusão de que a educação piauiense apresentava uma difícil realidade em 1962. Por essa razão, necessitava com urgência de providências como a criação de cargos. Foi dessa forma que o estado reagiu à expansão do ensino, pois a quantidade de professores era incompatível com a quantidade de alunos, e as escolas primárias, insuficientes para atendê-los.

Estudo realizado por Sousa, Inácio Filho (2013) sobre a história da profissão docente no Piauí no século XX, tendo como base a história de vida da professora Nevinha Santos, provoca a seguinte reflexão sobre os acontecimentos ora apontados:

Esse quadro educacional com que deparou se delineou nos anos de 1960 do século XX, marcado pelas discussões da LDB 4024/61 e pelas transformações ocorridas com o salário-educação mantido pelo FNDE, a implantação do PABAE e a Constituição de 1967, a qual estendeu para oito anos a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, aumentando o tempo de escolaridade e retirando a vinculação constitucional dos recursos. Essa conta teria que ser paga por alguém o corpo docente [...] A expansão da escola pública ocorreu desordenadamente, aumentando-se o número de prédios e contratando-se professores em sua maioria sem

concursos e sem consciência da luta, o que resultou num processo intenso e acelerado da proletarização da profissão, em contraposição à profissionalização tão almejada. (SOUSA; INÁCIO FILHO, 2013, p. 196)

A partir da notícia a seguir, constatamos a necessidade de escolas primárias públicas, já que a maioria da população não tinha poder aquisitivo para pagar uma escola particular. Essa situação foi divulgada em matéria do Jornal Folha do Nordeste, em 1963:

Se os governantes do País desejam ver seu povo levando uma vida com relativo conforto, devem, antes de tudo, instruí-lo. Todavia, neste caso, cumpre fornecer em primeiro lugar meio para alfabetizar o povo, já que daí depende todo o resto. Entretanto, o que se verifica nada mais é que uma flagrante e imensa falta de escolas públicas primárias, já que a grande maioria dos analfabetos não dispõe de recursos para financiar sua alfabetização, bem que fala-se muito em educar o povo: mas, providências, que interessam, nada. (ALFABETIZAÇÃO E DESCASO..., 1963, p. 3)

Seletividade no Ensino Secundário, o que contribuía para diferenciação entre professores primários e secundários

A partir das notícias descritas, apreendemos que a educação piauiense estava em um momento árduo, de modo que o que estava previsto na lei pouco se concretizava na prática, ou melhor, o estado não dispunha de meios para atender de forma eficaz ao contingente de crianças destinadas às escolas.

No ano de 1963, foi implantado o Plano Trienal de Educação, que funcionava como um programa de assistência aos sistemas estaduais de educação. A propósito dessa questão, uma notícia do jornal Folha da Manhã denota a preocupação do Secretário de Educação do Estado, Paulo Ferraz, no III Congresso Piauiense dos Municípios.

Três aspectos fundamentais constituem a maior preocupação do governo do estado, na hora presentes a) O aumento da matrícula das escolas primárias, com a construção de novas e numerosas salas de aula; b) O aparelhamento das diversas unidades escolares do estado, com aquisição de carteiras e material didático; c) formação e aperfeiçoamento de professores (A VERDADE DOS FATOS..., 1963, p. 2)

Nesse período, o Piauí era governado por Tibério Nunes, momento de muitas lutas na esfera educacional, quando os professores reivindicavam melhores condições de trabalho, melhor remuneração, entre outros direitos que lhes eram negados.

A insatisfação de alguns professores pode ser confirmada na matéria do Jornal Folha do Nordeste, divulgada no ano de 1963:

Esteve em nossa redação uma comissão de professores secundários, que nos fizeram estarecedoras declarações a respeito do salário que recebem atualmente. Segundo nos informaram, ganham Cr\$ 130,00 por hora de aula, o que constitui uma aberração, sabido que um barbeiro recebe 160,00 por um cabelo e barba feitos em questão de minutos. (PROFESSORES REIVINDICAM..., 1963, p. 4)

Nos jornais, era corriqueira a comparação do salário do professor com outras profissões, a exemplo de barbeiro e leiteiro. Outro fato relevante que a publicação acima revela são as reclamações por parte dos professores do ensino secundário, posto que eram mais comuns as provenientes de professores primários.

Corroborando essa asserção, Lugli e Vicentini (2009, p. 94) assim se manifestam: “o final da década de 1950 correspondeu ao período em que os professores primários começam a mostrar publicamente insatisfação com os seus salários, que estavam de fato perdendo seu valor frente ao processo inflacionário daquele período”.

É oportuno sobrelevar a diferença que existia entre os professores primários e secundários no Piauí, realidade noticiada diversas vezes. Vale deixar claro que em todos os níveis de ensino, os professores não

eram valorizados como deveriam: pelas notícias, é possível apurar uma onda de insatisfação em relação à falta de reconhecimento quanto ao valor e aos direitos dos profissionais docentes. À vista disso, levantamos como hipótese o fato de no período pesquisado ainda ocorrer certo reconhecimento simbólico em relação aos professores do ensino secundário, embora a recompensa no âmbito financeiro faltasse para os profissionais dos dois níveis de ensino.

Lutas e denúncias pelo melhoramento do salário

A partir das publicações, é possível inferir as dificuldades pelas quais os professores passaram nos anos 1960, sendo a crítica mais recorrente em relação aos salários, cuja diferença era considerável em comparação a outros profissionais, sem qualquer estímulo ou apoio para a realização de seu trabalho, além do desgaste emocional e físico, da falta de valorização social e de formação contínua a que eram submetidos.

Confirmamos, a partir da notícia abaixo, denúncias de salários baixos, principalmente dos profissionais do ensino primário:

Esses dois campos de ensino não vêm correspondendo às múltiplas exigências da realidade brasileira. Tem-se criticado muito a estrutura da escola superior e poucos, realmente, apresentaram até agora as soluções que possam ajustar a universidade aos anseios de nossa mocidade. O mesmo se poderia dizer da escola primária e da escola média, cujos problemas avultam em maiores proporções do que em relação à escola superior. A diferença está apenas em que com relação à escola superior as críticas e as soluções estão sempre no cartaz, enquanto o que se passa com os dois outros graus do ensino encontra pouca ressonância nos círculos políticos e culturais do País. O problema fundamental da escola e conseqüentemente da educação entre nós, no Piauí e no Brasil, é o da remuneração dos seus professores, se

compararmos os índices de salários devidos aos professores. Notadamente no grau primário, é difícil de se acreditar como eles podem fazer o que vem fazendo. (ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO..., 1970, p. 1)

Consoante Araújo (2012, p. 135), em 1964, ocorreu a primeira greve dos professores do ensino secundário no Piauí, embora antes desse período já houvesse mobilizações dos professores do ensino primário: “Antes dos professores do ensino secundário, os professores primários assumiram uma movimentação mais decidida em prol de melhoria das condições de trabalho”.

Como sabemos, havia notória diferenciação entre as categorias citadas, cujas principais solicitações diziam respeito a: formação profissional; estruturação do ensino; diferentes remunerações entre os dois grupos. Em relação aos professores secundários, sua representação social configurava-se da seguinte maneira:

Os jornais faziam “a campanha publicitária” dos professores da escola pública da década de 60, à medida que colaboravam na estruturação da sua imagem. Eles são apresentados pela mídia como detentores de uma intelectualidade, competentes nas suas atribuições, merecedores de respeito e consideração da sociedade ora como incapazes de dar formação à altura dos alunos, como ocorreu em 1969, quando 70% da turma foi reprovada no vestibular de Direito. Mas era inegável que havia uma reverência aos mestres da década de 60. (PONTE, 2005, p. 75)

A greve no ano em que ocorreu o golpe militar foi algo bem ousado em um momento de repressão. Em 1964, instaurou-se no Brasil, por meio do golpe militar, a ditadura militar. Para Vicentini e Lugli (2009, p. 222), “nesse período houve uma visível deterioração no sistema de ensino público, identificada pelo excessivo número de professores trabalhando em caráter precário”.

A escola, nessa época, foi o principal alvo de ideologia militar, e o modelo tecnicista foi implantado. Assim, o professor deveria ser apenas

alguém que passava os conteúdos e os alunos os recebiam de forma passiva. Em consonância com Ghiraldelli (2009, p. 112),

o período ditatorial foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa Legislação educacional. (GHIRALDELLI, 2009, p. 112)

Formação de professores e suas instituições

No que alude à questão da formação de professores, que também é uma categoria essencial quando analisamos a história da profissão docente, nesse recorte temporal, a maioria do corpo docente primário ainda era constituído por professores leigos,¹ em detrimento de professoras normalistas.

A primeira mensagem anual do ano de 1967, quando o Piauí era governado por Helvídio Nunes, torna perceptível certa preocupação quanto à qualificação das professoras como meio de resolver o problema de estrangulamento das vagas:

O corpo docente, em 1966, nas unidades de ensino primário, estava assim constituído: Professoras normalistas 1.456, professoras leigas: 2.840, um dos pontos de estrangulamento do ensino primário é, indiscutivelmente, a falta de pessoal docente qualificado, por cuja razão voltou-se a secretaria para o treinamento e recuperação de professores. Assim, foram realizados novos cursos de treinamento para professores

¹Nomenclatura utilizada na época.

leigos e curso de formação de professores de emergência, todos em regime de tempo integral. (BARROS, 1967, p. 20)

A partir da mensagem anual de 1967, vislumbramos a situação da educação piauiense, cuja demanda de alunos era muito grande para o quantitativo de professores. Dessa forma, o estado passava por uma situação bastante delicada no que diz respeito ao ensino, o que levou à realização de cursos de treinamento. Por cúmulo, a formação de professores de emergência foi resultado do crescente número de matrículas, também decorrente da grande quantidade de professores leigos, especialmente os primários.

De acordo com a segunda mensagem anual de 1968, a mesma preocupação prosseguiu, ensejando o treinamento de professores tanto do ensino primário quanto do médio e superior. Por conseguinte, os professores leigos eram treinados no estado e os diplomados recebiam bolsas de cursos de especialização, podendo ir a outro estado; enquanto isso, os de nível médio frequentavam o curso da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), com bolsas de estudo concedidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e pela a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Assim, professoras do ensino normal fizeram treinamento ou especialização em cursos realizados em outros estados.

A formação de professores em nível superior no Piauí foi realizada, inicialmente, por meio de estabelecimentos isolados, como a Faculdade de Direito do Piauí (FADI), em 1931; a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), em 1958; e, posteriormente, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Medicina.

Ingressou o estado, em 1966, no âmbito do ensino superior. Após encampar a Faculdade de Odontologia do Piauí, que foi dotada de equipamento e sede própria, o estado criou a Faculdade de Medicina do Piauí, já detentora de sede própria, de hospital de clínicas e equipamento adquirido mediante longo financiamento, no exterior. O corpo docente, inclusive,

está sendo treinado nos principais centros médicos do exterior, contando-se com a ajuda da CAPES para referido fim. (BARROS, 1967, p. 20)

A formação de professores do ensino secundário, particularmente na Faculdade de Filosofia. Seguindo uma diretriz nacional, a “formação dos professores do ensino secundário foi dada pela reforma Francisco Campos, em 1931, quando se criou o registro para os professores do ensino secundário no Ministério da educação [...] fornecida pelas Faculdades de Filosofia” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 64).

É importante mencionar que foi por meio dos estabelecimentos de ensino superior isolados que mais tarde a Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi concretizada, em 1971. Em 1968, foi decretada a Lei 2.887/68, que sistematizava o ensino do Piauí.

Em conformidade com Brito (1996, p. 130),

procurando solucionar o crônico problema da falta de qualificação de pessoal docente a lei 2.887/68 prescrevia o registro na secretaria de educação como condição para o exercício do magistério de ensino médio, exigindo para esses registros um dos seguintes documentos : licenciatura através de curso em faculdade de filosofia ou quando se tratasse de professores de ensino normal em instituto de educação; certificado expedido pelo ministério da educação ; diploma expedido em estabelecimento de ensino técnico-profissional para o magistério nos ramos de ensino correspondentes.

Apenas em 1968 foi implantado no Piauí o sistema estadual de ensino, por força da Lei 2.887/68, ou seja, sete anos após a LDB ter sido decretada. No decorrer do período pesquisado, atinamos muitas dificuldades enfrentadas no magistério, a exemplo de encontrar professores capacitados, que consistia em um desafio naquela época.

Considerações finais

O presente artigo promoveu uma análise de notas de jornais, entrecruzadas com mensagens governamentais e com autores que trabalham a história da profissão docente. Partimos do ano de 1961, com a LDB 4024, até o ano de 1971, com a promulgação da Lei 5692/71.

Vimos que as referidas leis propuseram mudanças na formação de professores, mas pelas condições de trabalho a que eram submetidos, divulgadas nas notícias, nem todas foram concretizadas. Embora o início da década de 1960, no Piauí, tenha sido caracterizado pela expansão das vagas nas escolas, a qualidade da educação não acompanhou a quantidade proposta, o que levou a algumas dificuldades, como: escolas sem estrutura física; falta de material escolar; baixos salários; número grande de alunos em sala de aula; a matrícula não acompanhava a contratação de professores; falta de prédios escolares; poucos investimentos na formação de professores; e ensino secundário seletivo.

Vale sublinhar a diferença que se estabelecia entre os professores primários e secundários, no tocante à imagem social, pois quem atuava no ensino secundário tinha reconhecimento, no sentido de ser um intelectual, além de uma recompensa simbólica. Por sua vez, os professores primários representavam a base da educação – sem dúvida, uma importante etapa –, mas para que ela fosse cumprida com qualidade, seria necessário que esses profissionais tivessem como desempenhar o seu trabalho com dignidade, tendo seus direitos respeitados, local de trabalho estruturado, remuneração compatível com a sua função, entre outros interesses da categoria.

Notamos que a classe de professores primários, ou melhor, as professoras, realizavam várias reclamações salariais por intermédio dos jornais. Não obstante, é meritório esclarecer que em todos os níveis de ensino, os professores não eram valorizados no quesito remuneração.

Pelas notícias dos jornais pesquisados, é possível perceber essa onda de insatisfação em relação à falta de um salário condizente com o exercício da profissão, principalmente entre as professoras primárias, que contaram com os noticiosos para mostrar à sociedade a necessidade tanto de reconhecimento simbólico quanto financeiro. Além disso, almejavam mudanças nessa representação, revelando a busca do movimento docente por condições adequadas para o exercício do trabalho.

Sobre o movimento docente, que não constituiu uma categoria de análise neste trabalho, devido ao fato de não encontramos notas nos jornais pesquisados, verificamos que na década analisada já se concebia a organização do movimento sindical piauiense.

Pretendemos, com a publicação deste artigo, revelar a possibilidade de promover estudos em história da educação tendo como fontes principais as notícias de jornais. Sinalizamos, assim, a necessidade de que mais trabalhos sejam realizados sobre a história dos periódicos em nosso estado, facilitando e qualificando as pesquisas que empregam essa metodologia.

Aliás, compreendemos a relevância de a escola e a profissão docente retornarem à vitrine dos noticiosos, a fim de debatermos e realizarmos a crítica, lutando sempre pela profissionalização em detrimento da proletarização da profissão.

* * *

Referências

A VERDADE dos fatos. O Piauí nos Planos Federais. **Folha da Manhã**, Teresina, PI, p. 2, 20 ago. 1963.

ALFABETIZAÇÃO e descaso. **Folha do Nordeste**, Teresina, PI, p. 3, 6 jul. 1963.

ARAÚJO, Romildo de Castro. **A constituição do corpo docente do ensino secundário no Piauí (1942 a 1982)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí. 193f.

BARROS, Helvídio Nunes. **Mensagem Governamental do ano de 1967**. Teresina: Imprensa Oficial, 1967.

BARROS, José D'assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. *In*: ARAÚJO, José Carlos de Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (org.) **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: autores associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. p. 151-174.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. 1. ed. Teresina: Edufpi, 1996.

CARVALHO, Carlos Henrique; INÁCIO FILHO, Geraldo. Debates educacionais na imprensa: republicanos e católicos no triângulo mineiro – MG (1892-1931). *In*: SHELBAUER, Anaete Regina;

ARAÚJO, José Carlos Souza. **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

ENSINO primário e médio. **O Liberal**, Teresina, PI, p. 1, 28 jun. 1970.

ESCOLA abandonada. **O Dia**, Teresina, PI, p. 4, 11 mar. 1962.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MAIS professores Sr. Secretário! **O Dia**, Teresina, PI, p. 4, 28 jan. 1962.

PONTE, Maria Gláucia Ferreira da. **As representações sociais da escola Pública nos jornais de Teresina (1960-1989)**. 2005. 206f. Dissertação (Mestrado) – UFPI, 2005.

PROFESSORES reivindicam melhoria salarial. **Folha do Nordeste**, Teresina, PI, p. 4, 21 fev. 1963.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1978.

SECRETÁRIA de educação e saúde. **O Dia**, Teresina, PI, n. 9960, 1962.

SOUSA, Jane Bezerra de; INÁCIO FILHO, Geraldo. Profissão docente no Piauí no século XX. **Revista Histedbr**, v. 13, n. 51, jun.2013.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640272/7831>. Acesso em: 25/05/2020

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

Recebido em 15 de junho de 2020.

Aprovado em 15 de agosto de 2020.